

EDITAL CMDCA/CP Nº ~~001/2023~~

EDITAL CMDCA/CP Nº 002/2023

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/CP, no exercício de suas atribuições legais, vem tornar público os procedimentos para o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Carmo Do Paranaíba/MG, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, na Lei Municipal nº 2.760, de 15 de fevereiro de 2023, na Resolução do CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, neste Edital e demais disposições legais pertinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Carmo do Paranaíba - MG é regido por este edital, aprovado pelo CMDCA/CP em conformidade com os dispositivos legais pertinentes.

1.2 - O processo de escolha se dividirá em 02 (duas) etapas, a saber:

1.2.1 - A primeira etapa, de caráter eliminatório, refere-se ao Processo de Habilitação do pré-candidato e compreenderá as seguintes fases:

- a) inscrição;
- b) análise de currículo;
- c) prova escrita de conhecimentos;
- d) avaliação psicológica de caráter eliminatório.

1.2.2 - A segunda etapa, de caráter classificatório, refere-se ao Processo Eleitoral e compreenderá as seguintes fases:

- a) registro da candidatura;
- b) eleição;
- c) proclamação dos eleitos;
- d) homologação do resultado final.

1.3 - As fases "c" e "d", referentes à primeira etapa do Processo de Escolha, serão executadas por pessoa jurídica especializada, contratada pelo Município de Carmo do Paranaíba, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

1.4 - O processo de escolha será exclusivamente coordenado pelo CMDCA/CP, por meio de 01 (uma) Comissão Organizadora, instituída pela Resolução CMDCA/CP nº 02 /2023.

1.4.1 – As competências da Comissão Organizadora são:

- a) encarregar-se da parte administrativa do certame;
- b) analisar os pedidos de registro de candidaturas;
- c) analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- d) notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

- e) realizar reunião destinada a dar conhecimento formal aos candidatos habilitados sobre as regras da campanha;
- f) selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação;
- g) solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança nos locais de votação e apuração;
- h) providenciar a confecção das cédulas de votação, caso ocorra de forma manual, conforme modelo a ser aprovado pelo Conselho;
- i) resolver os casos omissos;
- j) Notificar o Ministério Público, com a antecedência devida – mínima de 72 (setenta e duas) horas - de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão e Conselho, bem como informar o referido órgão sobre todas as decisões proferidas e incidentes verificados no decorrer do certame.

1.4.2 - A composição da Comissão Organizadora foi definida em reunião ocorrida no dia 14 de março de 2023.

1.4.3 - O prazo para impugnação deste edital será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

1.4.3.1 - As razões da impugnação deste edital deverão ser formalizadas por escrito e serem protocoladas exclusivamente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Av. Costa Júnior, 306 – Centro, Carmo do Paranaíba/MG, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 13:00 horas às 17:00 horas, exceto em feriados e pontos facultativos.

1.4.3.2 - Não serão recebidas e protocoladas as impugnações caso sejam apresentadas fora do prazo, local e horários previstos nos itens 1.4.3 e 1.4.3.1, bem como que não estejam subscritos pelo impugnante, ou, por procurador (a) regular e legalmente habilitado (a).

1.4.3.3 - As razões da impugnação do edital não serão apreciadas pela Comissão Organizadora, caso estejam ilegíveis.

1.4.3.4 - A análise e decisão das impugnações deste edital porventura interpostas, caberá exclusivamente a Comissão Organizadora instituída pela Resolução CMDCA/CP nº 02/2023.

1.4.3.5 – Da decisão da Comissão Organizadora que indeferir a impugnação do edital, caberá recurso à plenária do CMDCA/CP, conforme Cronograma.

1.4.3.6. Da decisão proferida pela plenária do CMDCA/CP, não caberá a interposição de novo recurso.

2 - DA INSCRIÇÃO

2.1 – **A inscrição será realizada no período de 03/04/2023 a 28/04/2023** (de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos determinados pela Administração Pública Municipal).

2.1.1 – O período de inscrições previsto no item 2.1 poderá ser alterado, a exclusivo critério da Comissão Organizadora, em decorrência de interesse público, conveniência administrativa ou por motivo de força maior, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Carmo do Paranaíba – DOM.

2.2 - Local: Exclusivamente na Sede do Conselho localizada na Avenida Costa Júnior, 306 – Centro .

2.3 - Horário: de **13:00 (treze) às 17:00 (dezesete) horas**, mediante entrega de senhas por ordem de chegada, caso seja necessário.

2.3.1 – Caso a capacidade diária de atendimento seja ultrapassada, assim compreendida por meio da distribuição do total de 25(vinte e cinco) senhas diárias, o atendimento poderá ser encerrado, independentemente do horário previsto para atendimento no item 2.3, retornando à normalidade no dia útil subsequente.

2.3.2 – A entrega das senhas para atendimento poderá ser encerrada, sem prévio aviso, caso sejam constatadas, por qualquer agente público ligado ao atendimento, situações de caso fortuito ou força maior que impeçam a continuidade do atendimento, retornando à normalidade após solucionada a situação de caso fortuito ou força maior.

2.4 - Antes de efetuar a inscrição, o (a) pré-candidato (a) deverá conhecer todo o teor do edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a candidatura à função pública de conselheiro (a) tutelar.

2.4.1 - Toda a documentação exigida para a efetuar a inscrição, conforme definida neste edital, deverá ser entregue pelo pré-candidato.

~~2.4.2 – Será emitido recibo atestando **exclusivamente** a entrega dos documentos.~~

~~2.4.3 – No recibo constará o número da inscrição, assinatura do pré-candidato, nome do responsável pela inscrição.~~

2.4.4 – É de exclusiva responsabilidade do pré-candidato a veracidade das informações prestadas mediante apresentação dos documentos.

2.5 - No ato da inscrição o (a) pré-candidato (a) deverá:

a) preencher o **Requerimento de Inscrição/Currículo**, no modelo oficial constante no **Anexo I** deste Edital, no qual declare atender todas as condições exigidas para a inscrição e submeter-se às normas expressas neste edital;

b) **apresentar original e entregar fotocópia de um dos seguintes documentos:** Carteira de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional; ou, Passaporte, no qual conste filiação, fotografia e assinatura;

c) **apresentar original e entregar fotocópia do CPF.**

d) **apresentar Título de eleitor.**

2.6 - Constatada pela Comissão Organizadora a ausência e/ou irregularidade de quaisquer dos documentos exigidos para inscrição, será concedido ao (a) pré-candidato (a) o prazo recursal no qual poderá fazer sua apresentação e/ou regularização conforme Cronograma.

2.6.1 - O acesso à íntegra da decisão proferida pela Comissão Organizadora referente à ausência e/ou irregularidade de quaisquer dos documentos exigidos para inscrição, somente será permitida ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador (a) legalmente habilitado (a), exclusivamente na sede do CMDCA/CP, conforme itens 2.2 e 11.2 deste edital.

2.7 - A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição e demais fases subsequentes do processo de escolha, bem como a nomeação e a posse, caso comprovada qualquer falsidade nas declarações e/ou qualquer irregularidade nos documentos apresentados e/ou na participação em quaisquer das fases da primeira e/ou da segunda etapa, devendo o (a) pré-candidato/candidato (a) ser eliminado (a) do processo de escolha, por decisão da Comissão Organizadora Central.

2.7.1 - Caberá recurso da decisão que eliminar o (a) pré-candidato/candidato (a) do processo de escolha com fundamento no item 2.7 deste edital, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a

data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município – DOM.

2.7.1.1 - O recurso previsto no item 2.7.1 deverá ser formalizado exclusivamente no modelo oficial constante no **Anexo IV** deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

2.7.1.2 - Da decisão proferida pela plenária do CMDCA não caberá interposição de novo recurso.

2.7.2 - O acesso à íntegra da decisão que eliminar o (a) pré-candidato/candidato (a) do processo de escolha com fundamento no item 2.7 deste edital, somente será permitido ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador (a) legalmente habilitado (a), exclusivamente na sede do CMDCA/CP, conforme itens 2.2 e 11.2 deste edital.

2.8 - São impedidos de se candidatarem ao Conselho Tutelar: cônjuges, conviventes, companheiros (as), ascendentes e descendentes, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados (as) durante o cunhadio, tio(a) e sobrinho(a), padrasto ou madrasta e enteado(a).

2.8.1 - Estende-se o impedimento em relação à Autoridade Judiciária e aos representantes do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro Regional ou Distrital, bem como aos (as) Conselheiros (as) de Direitos, titulares e suplentes no exercício do mandato, de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.9 - Para controle interno do CMDCA/CP, a Comissão Organizadora atribuirá numeração à inscrição.

2.10 – Em nenhuma hipótese, os documentos apresentados para inscrição serão devolvidos ao pré-candidato.

2.11 - A inscrição é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

3 – DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

3.1 - Pode inscrever-se para concorrer à função pública de conselheiro (a) tutelar a pessoa que, até a data de encerramento do prazo de inscrição, atenda aos seguintes requisitos:

a) ~~reconhecida idoneidade moral comprovada por: I) – Certidão Cível Negativa~~ emitida através do endereço eletrônico:

<https://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true>

II) - **Certidão Criminal Negativa** emitida através do endereço eletrônico:

<https://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/certidoes/criarSolicitacaoCertidao.rupe?solicitacaoPublica=true>

III) - **Atestado de Antecedentes Criminais** emitida através do endereço eletrônico:

<https://www.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s>

b) idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

c) residir no Município de Carmo do Paranaíba/MG há pelo menos 02 (dois) anos;

d) estar em dia com as obrigações eleitorais apresentando a **Certidão da Justiça Eleitoral** dentro do período para inscrição emitida através do endereço eletrônico:

<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

e) estar em dia com as obrigações militares, em caso de pré-candidato do sexo masculino até 45 (quarenta e cinco) anos, nos termos do artigo 210, “7”, do Decreto Federal nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966;

f) não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos últimos cinco anos conforme Declaração na Ficha de Inscrição;

g) não se enquadrar nas hipóteses de impedimento do artigo 140 e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente conforme Declaração na Ficha de Inscrição;

h) não estar enquadrado nas hipóteses de impedimento da Lei da Ficha Limpa;

i) apresentar no momento da inscrição, **Certificado de Conclusão de Ensino Médio ou Diploma de Ensino Superior**.

3.1.1 - As certidões previstas no item 3.1. deverão ser emitidas pelos sites oficiais dos órgãos mencionados.

~~3.1.2 - A comprovação de residência no Município de Carmo do Paranaíba/MG há pelo menos 02 (dois) anos, conforme estabelecido na letra "e" do item 3.1, será realizada mediante apresentação da **Declaração constante no Anexo V** deste edital (modelo oficial), acompanhada de quaisquer dos documentos atualizados a seguir elencados:~~

3.1.2 - A comprovação de residência no Município de Carmo do Paranaíba/MG há pelo menos 02 (dois) anos, conforme estabelecido na letra "c" do item 3.1, será realizada mediante apresentação da Declaração constante no **Anexo II** deste edital (modelo oficial), acompanhada de quaisquer dos documentos atualizados a seguir elencados:

a) contas e/ou histórico de consumo de energia elétrica, telefone, gás e água;

b) guias de IPTU;

c) boletos bancários;

d) contratos de locação em vigor;

e) declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2022/Ano Calendário 2021;

f) documentos emitidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou pela Secretaria da Receita Federal – SRF;

g) comprovante de pagamento de salário que contenha o endereço;

h) declaração de Centro de Saúde de sua respectiva regional administrativa, no qual é cadastrado e que contenha seu endereço residencial;

i) outros documentos equivalentes, regulares e atualizados, que comprovem a residência do (a) pré-candidato (a) no Município de Carmo do Paranaíba- MG.

3.1.2.1 - **Para comprovar o mínimo de 02 (dois) anos de residência no Município de Carmo do Paranaíba/MG, o (a) pré-candidato (a) deverá** apresentar no ato da inscrição, **no mínimo, 03 (três) originais ou cópias simples** de comprovantes de residência com vencimento periódico mensal, observados os seguintes critérios:

a) 01 (um) comprovante de residência necessariamente emitido e/ou vencido no ano de 2023;

b) 01 (um) comprovante emitido e/ou vencido entre maio e setembro de 2022;

c) 01 (um) comprovante emitido e/ou vencido entre janeiro e abril de 2021.

3.1.2.2 – Serão considerados tanto o mês de emissão, quanto o mês de vencimento das contas e/ou histórico de consumo e dos boletos apresentados, para fins de comprovação de residência no município e/ou na regional administrativa.

3.1.3 – O requisito previsto na letra "e" do item 3.1 será comprovado mediante a apresentação do original ou cópia simples do **Certificado de Alistamento Militar (CAM)** ou outro documento equivalente que comprove que o pré-candidato está em dia com as obrigações militares, em conformidade com o artigo 209 do Decreto Federal nº

57.654/1966.

3.2 – Em nenhuma hipótese será permitida mais de uma inscrição por pré-candidato (a), ainda que para complementação da documentação exigida para inscrição.

3.3 – A inscrição será indeferida pela Comissão Organizadora, no caso de ausência e/ou irregularidade de quaisquer dos documentos previstos neste edital, observado o disposto no item 2.6 deste edital.

4 - DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1 - O (a) pré-candidato (a) que se inscrever como pessoa com deficiência, participará do processo de escolha em igualdade de condições com os demais pré-candidatos (as), no que se refere ao conteúdo das fases das 02 (duas) etapas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e dias de realização das respectivas fases.

4.2 – Aos (as) pré-candidatos (as) pessoas com deficiência é garantido o direito de se inscreverem no processo de escolha, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições e aptidões específicas estabelecidas para a função pública de conselheiro (a) tutelar.

4.3 - Respeitada a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo, o(a) pré-candidato (a) que necessitar de condição especial para a realização de quaisquer das fases das 02 (duas) etapas do processo de escolha, deverá solicitá-la no ato da inscrição, por escrito, datado, assinado, devidamente fundamentado e acompanhado de laudo médico, especificando tipo e grau da deficiência e a condição especial, indicando os recursos necessários para realização das fases do processo de escolha.

4.3.1 - O laudo médico deverá ser original ou cópia simples.

4.3.1.1 - Em caso de deficiência não permanente, o laudo médico deverá ser expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término do prazo das inscrições.

4.3.2 - O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise e decisão da Comissão Organizadora, que verificará a viabilidade e razoabilidade do pedido.

4.3.3 - O (a) pré-candidato (a) que não fizer a solicitação de condições especiais para realização das fases das etapas do processo de escolha deverá realizá-las nas mesmas condições dos (as) demais pré-candidatos (as).

4.4 – O (a) pré-candidato (a) que não realizar a inscrição conforme previsto nos itens anteriores, não poderá alegar posteriormente a condição de pessoa com deficiência para reivindicar quaisquer prerrogativas especiais para participação no processo de escolha.

4.5 - Para nomeação e posse, o (a) candidato (a) eleito deverá ser avaliado por órgão competente da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba- MG, que emitirá laudo pericial fundamentado sobre a qualificação como pessoa com deficiência e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições das funções de conselheiro (a) tutelar, nos termos previstos no item 4.2 deste edital e nas disposições legais vigentes.

5 - DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

5.1 - Atribuição: o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade

de zelar pelo atendimento da criança e do adolescente com direito ameaçado ou violado, cumprindo as atribuições previstas nas legislações federal e municipal que regem a matéria, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida reeleição consecutiva.

5.2 - Vagas: no Município de Carmo do Paranaíba/MG existe 01 (um) Conselho Tutelar, com 05 (cinco) membros titulares.

~~5.3 - Remuneração: o (a) conselheiro (a) tutelar eleito (a) para cumprimento do mandato referente ao quadriênio 2024/2027 fará jus a remuneração equiparada ao chefe de divisão municipal.~~

5.3 - Remuneração: o (a) conselheiro (a) tutelar eleito (a) para cumprimento do mandato referente ao quadriênio 2024/2027 fará jus a remuneração equiparada ao chefe de divisão municipal, R\$ 3.377,64 (três mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

5.3.1 - É assegurado ao (a) servidor (a) municipal no exercício da função de conselheiro (a) tutelar o direito de optar pela remuneração e pelas vantagens de seu cargo efetivo.

5.4 - Carga Horária: a jornada mínima de trabalho do (a) conselheiro (a) tutelar é de 30 (trinta) horas semanais, sem prejuízo dos plantões em regime de sobreaviso, devendo o regime de plantão ser regulamentado por decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.760, de 15 de fevereiro de 2023 e demais disposições legais pertinentes.

5.5 - É vedado o exercício de quaisquer atividades que sejam incompatíveis com a função pública de conselheiro tutelar.

5.6 - O exercício da função de conselheiro (a) tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o Município, conforme parágrafo 1º do Artigo 38 da Resolução do CONANDA nº 231 de 28 de dezembro de 2022.

5.6.1 - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada conforme Artigo 38 da Resolução do CONANDA nº 231 de 28 de dezembro de 2022.

5.7 - O início do exercício da função de conselheiro (a) tutelar dependerá de prévia inspeção médica oficial, que julgará apto ou não o (a) candidato (a) eleito (a), mediante laudo circunstanciado em que se especifique a inaptidão eventualmente constatada, garantido o direito de recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carmo do Paranaíba - CMDCA/CP, que deverá ser protocolado exclusivamente na sede do CMDCA/CP no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado do primeiro dia útil posterior à data da expedição do laudo circunstanciado.

5.7.1 - O recurso previsto no item 5.7 deverá ser formalizado exclusivamente no modelo oficial constante no **Anexo III** deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

5.7.2 - O recurso previsto no item 5.7, deverá ser instruído com uma original ou cópia simples da íntegra do laudo circunstanciado, sob pena de indeferimento.

5.7.3 - O recurso será deliberado e julgado pelo Plenário do CMDCA/CP

5.7.4 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carmo do Paranaíba - CMDCA/CP poderá solicitar assessoramento técnico de especialista(s) que não seja(m) membro(s) do colegiado, para subsidiar a

deliberação e decisão do Plenário.

5.7.5 – Da decisão proferida pela plenária do CMDCA/CP não caberá a interposição de novo recurso.

6. DA COMPOSIÇÃO E DA REALIZAÇÃO DAS FASES DA PRIMEIRA ETAPA – PROCESSO DE HABILITAÇÃO

6.1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1.1 - Data, local e horário de realização das fases da primeira etapa: as datas, horários e locais de realização da Avaliação Psicológica será publicada no Diário Oficial do Município – DOM conforme Cronograma.

6.1.2 - É de responsabilidade exclusiva do (a) pré-candidato (a) a identificação correta dos locais de realização das fases “c”, e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital, bem como seu comparecimento nas datas e horários determinados, sob pena de eliminação do processo de escolha.

6.1.3 - A responsabilidade de elaborar, aplicar e corrigir os testes relativos às fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital, bem como analisar os recursos que vierem a ser interpostos em face do resultado das referidas fases, será atribuída à pessoa jurídica especializada contratada pelo Município de Carmo do Paranaíba para este fim, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

6.1.4 - Além dos (as) pré-candidatos (as), o acesso aos locais de realização das fases “c”, “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (prova de conhecimento e avaliação psicológica), será restrito à pessoa jurídica contratada, aos integrantes da Comissão Organizadora e ao representante do Ministério Público de Minas Gerais.

6.1.5 – Os (as) pré-candidatos (as) deverão comparecer aos locais de realização das fases “c”, “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (prova de conhecimento e avaliação psicológica) com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado para início de sua realização.

6.1.6 - Somente será permitido o ingresso do (a) pré-candidato (a) nos locais de realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica), até o horário estabelecido, mediante apresentação de um dos originais dos seguintes documentos: Carteira de Identidade; Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional; ou, Passaporte, no qual conste filiação, fotografia e assinatura.

6.1.7 - Não será permitida consulta à legislação ou a qualquer outro material durante a realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica).

6.1.8 - Para a realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica), o (a) pré-candidato (a) deverá portar somente caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

6.1.9 - Após entrar na sala de realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica), e assinar a lista de presença, o (a) pré-candidato (a) não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Volante, designado pela pessoa jurídica responsável pela organização e execução das respectivas fases.

6.1.10 - Não será permitido, durante a realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste

escrito de conhecimento e avaliação psicológica), o porte e o uso de celular, relógio, transmissor/receptor de mensagens, ou qualquer tipo de equipamento mecânico, eletrônico ou óptico que permita o armazenamento ou a comunicação de dados.

6.1.11 - Em nenhuma hipótese haverá realização das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica) fora dos locais, datas e horários determinados ou realização de segunda chamada.

6.1.12 - Será eliminado do processo de escolha o (a) pré-candidato (a) que, por qualquer motivo, faltar a qualquer uma das fases “c” e “d” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (teste escrito de conhecimento e avaliação psicológica), efetuar consulta não permitida, ou, durante a sua realização, for flagrado em qualquer tipo de comunicação com outro (a) pré-candidato (a) ou pessoas estranhas.

6.2 - DA INSCRIÇÃO: condições, período, local e horário para a inscrição: na forma dos itens 2.1 a 3.3 deste edital.

6.3 - DA ANÁLISE DO CURRÍCULO:

6.3.1 - O currículo do (a) pré-candidato (a) será formado pelos documentos que comprovem os requisitos enumerados pelo item 3.1 deste edital, além dos dados pessoais e acadêmicos do (a) pré-candidato (a).

6.3.2 - Após a conferência da documentação por equipe responsável, o currículo do (a) pré-candidato (a) será analisado pela Comissão Organizadora que decidirá sobre deferimento ou indeferimento da inscrição.

6.3.3 - A Comissão Organizadora poderá realizar diligências e/ou solicitar documentação complementar, no sentido de apurar a veracidade dos documentos e declarações apresentadas pelos (as) pré-candidatos (as).

6.3.4 - Será considerado aprovado na fase “b” da primeira etapa, item 1.2.1 deste edital (análise de currículo), o (a) pré-candidato (a) que obtiver o deferimento de sua inscrição, mediante a confirmação pela Comissão Organizadora da veracidade e procedência de todas as informações e de todos os documentos comprobatórios dos requisitos enumerados no item 3.1 deste edital, observada a forma de sua apresentação, conforme especificado nos itens 3.1.1 a 3.1.7 deste edital.

6.4 - DO TESTE ESCRITO DE CONHECIMENTO:

6.4.1 - O teste escrito de conhecimento versará sobre o tema abaixo elencado:

a) A Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações posteriormente introduzidas.

6.4.2 - O teste escrito de conhecimento da Lei Federal nº 8.069/1990 avaliará o conhecimento e a capacidade de interpretação do texto legal.

~~6.4.3 - O teste escrito de conhecimento constará de 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha e 5 (cinco) questões discursivas, com duração de 04 (quatro) horas.~~

6.4.3 - O teste escrito de conhecimento constará de 29 (vinte e nove) questões de múltipla escolha e 1 (uma) questão dissertativa, com duração de 03 (três) horas.

6.4.3.1 - As questões discursivas têm o objetivo de avaliar o conteúdo relativo ao conhecimento do tema considerando:

- a) argumentação coerente das ideias;
- b) grau de informatividade relativo ao tema proposto

~~6.4.3.2 - Os aspectos avaliados na correção das questões discursivas serão os seguintes:~~

ASPECTOS AVALIADOS:	TOTAL DE PONTOS:
Argumentação coerente das ideias	Até 1,0 ponto
Grau de informatividade relativo ao tema proposto	Até 1,0 ponto
Total:	Até 2,0 pontos

~~6.4.3.3 - Cada questão de múltipla escolha constará de 04(quatro) alternativa e 01 (uma) única opção correta.~~

~~6.4.3.4 - Cada questão múltipla escolha valerá 01 (um) ponto.~~

~~6.4.3.5 - Cada questão discursiva valerá 02 (dois) pontos.~~

~~6.4.4 - Será considerado aprovado no teste escrito de conhecimento o (a) pré-candidato (a) que obtiver nota igual ou superior a 60% (sessenta por cento).~~

6.4.4- Será considerado aprovado no teste escrito de conhecimento o (a) pré-candidato (a) que obtiver nota igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

6.4.5 - Caso seja anulada alguma questão do teste escrito de conhecimento, esta será contada como acerto para todos (as) os (as) pré-candidatos (as).

6.4.6 - O gabarito será divulgado no Diário Oficial do Município conforme Cronograma, sendo de total responsabilidade da empresa responsável o repasse prévio das questões elaboradas, bem como do resultado preliminar e final.

6.4.7 - A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Município e constará o dia, local e horário em que os candidatos serão submetidos à avaliação psicológica.

7. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

7.1. - A avaliação psicológica será realizada por empresa habilitada e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de conselheiro tutelar.

7.1.2 - Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do conselheiro para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições constantes no artigo 136 da lei federal 8.069/90 e da legislação municipal em vigor.

7.1.3 - De acordo com a cartilha “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento”, da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, ano 2006, os conselheiros devem apresentar as seguintes habilidades: capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.

7.1.4 - A avaliação psicológica será realizada conforme Cronograma.

7.1.4.1 - Em hipótese alguma, haverá avaliação fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as avaliações.

7.1.4.2 - Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, não comparecer à avaliação no horário e local indicados.

7.1.4.3 - O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “APTO” ou “INAPTO”.

7.1.4.4 - Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processo envolvendo sua avaliação, mediante requerimento, ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

7.1.5 - A relação dos candidatos habilitados para a próxima etapa será publicada no Diário Oficial do Município conforme Cronograma.

7.1.4 – O pré-candidato com resultado “Inapto” na Avaliação Psicológica, após recursos indeferidos, será eliminado do processo.

8. DOS RECURSOS DA PRIMEIRA ETAPA

8.1 - Caberá recurso à Comissão Organizadora contra:

- a) reprovação do currículo do (a) pré-candidato (a);
- b) reprovação na prova de conhecimento;
- c) reprovação na avaliação psicológica.

8.1.1 - Os recursos previstos nas letras "a", "b" e "c" do item 8.1 deverão ser protocolados conforme cronograma, exclusivamente na sede do CMDCA/CP, situada à Avenida Costa Júnior, 306 - Centro, no horário de 13:00 horas às 17:00 horas, exceto em feriados e pontos facultativos.

~~8.1.2 – Os recursos previstos nas letras "a", "b" e "c" do item 8.1 deverão ser formalizados exclusivamente no modelo oficial constante no Anexo XII deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.~~

8.1.2 – Os recursos previstos nas letras "a", "b" e "c" do item 8.1 deverão ser formalizados exclusivamente no modelo oficial constante no Anexo III deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

8.1.3 - O recurso deverá conter somente o número da inscrição do (a) pré-candidato (a) e ser protocolado conforme previsto no item 7.1.1 deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora Central e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

8.1.4 - O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado, com a indicação precisa daquilo em que o (a) pré-candidato (a) se julgar prejudicado.

8.1.5 - Será indeferido pela Comissão Organizadora, sem análise do mérito, o recurso não fundamentado, protocolado fora do prazo e horário estabelecidos e/ou assinado e/ou contendo qualquer forma de identificação pelo (a) pré-candidato (a) e/ou pelo seu procurador (a).

8.1.6 - O recurso não será recebido e protocolado, caso esteja ilegível.

8.1.7 - O CMDCA/CP fornecerá ao (a) pré-candidato (a) recibo específico referente ao protocolo do recurso interposto em face dos resultados referentes à primeira etapa do processo de escolha.

8.2 - Os recursos previstos nas letras "b" e "c" serão recebidos pelo CMDCA/CP e encaminhados para pessoa jurídica responsável pela aplicação da prova de conhecimento e pela avaliação psicológica.

8.3 - O resultado da análise pela pessoa jurídica responsável deverá ser entregue ao CMDCA/CP no máximo até 02 (dois) dias úteis posteriores ao recebimento dos recursos.

8.4 - Não serão aceitos recursos interpostos por carta, fac-símile, telex, telegrama, internet, ou, por qualquer outra forma contrária aos critérios previstos neste edital.

8.5 - O recurso não terá efeito suspensivo, salvo decisão escrita em sentido contrário, proferida pela Comissão Organizadora.

8.6 - O acesso à íntegra da decisão proferida pela Comissão Organizadora somente será permitida ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador (a) legalmente habilitado (a) na forma prevista no item 11.2 deste edital, exclusivamente na sede do CMDCA/CP.

8.7 - As decisões relativas aos recursos serão publicadas no Diário Oficial do Município - DOM conforme cronograma.

8.8 - Da decisão proferida pela plenária do CMDCA/CP não caberá a interposição de novo recurso.

9. DA REUNIÃO QUE AUTORIZA A CAMPANHA ELEITORAL

9.1 - Em reunião própria, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito notadamente a:

- a) aos votantes;
- b) às regras da campanha;
- c) à votação;
- d) à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- e) à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula;
- f) à definição do número de cada candidato;
- g) aos critérios de desempate;
- h) aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
- i) à data da posse.

9.2 - A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

9.2.1 - O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

9.2.2 - A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

9.2.3 - Será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, conforme Cronograma, listagem constando nome completo de cada candidato, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação e/ou urna eletrônica, conforme cronograma.

10. DA COMPOSIÇÃO E DA REALIZAÇÃO DAS FASES DA 2ª ETAPA - PROCESSO ELEITORAL

10.1 - DO REGISTRO DA CANDIDATURA

10.1.1 - O registro da candidatura constitui ato formal, lavrado em documento subscrito pelo CMDCA/ CP e será assegurado ao (a) pré-candidato (a) que obtiver, respectivamente:

a) aprovação do currículo pela Comissão Organizadora;

~~b) o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total atribuída ao teste escrito de conhecimento;~~

b) o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total atribuída ao teste escrito de conhecimento;

c) aprovação na avaliação psicológica.

10.1.2 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

10.1.3 - Após a expedição do registro, o (a) pré-candidato (a) estará apto a participar do Processo Eleitoral – Segunda Etapa do processo de escolha.

10.1.4 - A lista contendo os nomes e os números dos (as) pré-candidatos (as) que obtiveram a expedição do registro de candidatura deferida será publicada no Diário Oficial do Município e afixada na sede do CMDCA/CP.

10.2 - DA CAMPANHA ELEITORAL

10.2.1 - Os (as) candidatos (as) poderão promover as campanhas de suas candidaturas junto aos (as) eleitores (as), através de debates, entrevistas, seminários, distribuição de panfletos e internet, desde que não perturbem a ordem pública ou particular e só poderá ocorrer após a publicação da relação final e oficial dos candidatos habilitados.

10.2.2 - É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública e/ou a particulares, sob pena de eliminação do processo de escolha.

10.2.3 - O material de divulgação das candidaturas não poderá conter nenhuma informação ou conteúdo **além do número, nome, foto e curriculum vitae** do (a) candidato (a), sob pena de eliminação do processo de escolha.

10.2.4 - Os meios de comunicação que se propuserem a realizar debates, terão que formalizar convite a todos (as) os (as) candidatos (as) inscritos (as) informando data, horário, local da realização, devendo o debate ter a presença de, no mínimo, 03 (três) candidatos (as) e supervisão de membro da Comissão Organizadora, sob pena de indeferimento do debate pela referida comissão.

10.2.5 - Os debates promovidos pela mídia deverão ter o seu regulamento apresentado pelos organizadores a todos

(as) os (as) candidatos (as) participantes e a Comissão Organizadora, com no mínimo 03 (três) dias úteis de antecedência da data de sua realização, sob pena de indeferimento do debate pela Comissão Organizadora.

102.5.1 - Os debates deverão garantir oportunidades iguais para todos (as) os (as) candidatos (as), para exposição e resposta.

10.2.5.2 – A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

a) em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no país;

b) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedado o disparo em massa;

c) por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações na internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou impulsionamento de conteúdo.

10.3 - DAS PROIBIÇÕES

10.3.1 – É expressamente proibido aos (as) candidatos (as) promoverem as suas campanhas antes da publicação oficial da lista das candidaturas deferidas no Diário Oficial do Município – DOM.

10.3.2 – É proibido aos (as) candidatos (as) doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, conforme estabelecido no §3º do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990.

10.3.3 - É proibida a propaganda nos veículos de comunicação ou quaisquer outros tipos de anúncios em benefício de um (uma) ou mais candidatos (as), exceto na forma prevista no item 8.2.1 deste edital.

10.3.4 - É proibida a propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os (as) concorrentes.

10.3.5 – Não serão permitidos, no prédio onde se der a votação e na distância de até 100 (cem) metros de suas imediações, propaganda de candidato (a) e aliciamento ou convencimento de votantes, durante o horário de votação.

10.3.6 - É proibida a utilização de faixas, outdoors e outros meios não previstos neste edital.

10.3.7 - É proibida a formação de chapas de candidatos (as), uma vez que cada candidato (a) deverá concorrer individualmente.

10.3.8 - É proibido ao (a) candidato, conselheiro (a) tutelar em exercício de mandato, promover campanhas durante o desempenho de sua função.

10.3.9 - É proibido aos membros da Comissão Organizadora promoverem campanha para qualquer candidato (a).

10.3.10 - É proibido ao (a) candidato (a) promover o transporte de eleitores (as) no dia da votação.

10.3.11 - É proibido o uso de estrutura pública e/ou recurso público para realização de campanha ou propaganda.

10.3.12 - As denúncias relativas ao descumprimento das regras do Processo de Escolha, referentes a quaisquer das fases da primeira etapa – Processo de Habilitação e da segunda etapa - Processo Eleitoral, deverão ser formalizadas perante a Comissão Organizadora, apontando com clareza o motivo da denúncia, preferencialmente acompanhadas de prova material, podendo ser apresentadas por qualquer cidadão no prazo estabelecido no Cronograma.

10.3.13 – As denúncias deverão ser formalizadas por escrito e protocoladas exclusivamente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/CP situada à Av. Costa Júnior, 306 – Carmo do Paranaíba/MG, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 13h às 17h, exceto em feriados e pontos facultativos-

10.3.14 – Não serão protocoladas ou recebidas as denúncias caso estejam ilegíveis.

10.3.15 – As denúncias realizadas em desacordo com o disposto nos itens 10.3.12 ao 10.3.14, não serão apreciadas pela Comissão Organizadora e/ou empresa jurídica.

10.4 - DAS PENALIDADES

10.4.1 - Será penalizado (a) com o cancelamento da candidatura e eliminação do processo de escolha e/ou com a perda do mandato, o (a) candidato (a) que comprovadamente fizer uso de recursos e/ou estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

10.4.2 - A denúncia de propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os (as) concorrentes, deverá ser analisada pela Comissão Organizadora que, se entender incluída nessas características, determinará a suspensão da referida propaganda e julgará a infração na forma prevista no item 10.4.3.

10.4.3 - O descumprimento do disposto nos itens 10.3.1 à 10.3.11 deste edital implicará na imediata eliminação do (a) candidato (a) do processo de escolha, desde que as infrações sejam devidamente comprovadas perante a Comissão Organizadora, que deverá fundamentar suas decisões.

10.4.4 - Caberá recurso da decisão que eliminar o (a) candidato (a) do processo de escolha com fundamento nos itens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 deste edital, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município – DOM.

10.4.5 - O recurso previsto no item 10.4.4 deverá ser formalizado exclusivamente no modelo oficial constante no **Anexo III** deste edital, sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

10.4.6 - Da decisão proferida pela plenária do CMDCA/CP não caberá a interposição de novo recurso.

10.5 - DA VOTAÇÃO

10.5.1 – Nos termos do §1º do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990, a votação ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

~~10.5.1.1 – A votação será realizada em cada circunscrição regional, das 8h (oito) às 15h (quinze) horas.~~

10.5.1.1 – A votação será realizada em cada circunscrição regional, das 8h (oito) às 17h (dezessete) horas.

10.5.1.2 - A lista de candidatos (as) será divulgada pelo CMDCA/CP no Diário Oficial do Município – DOM e endereço eletrônico, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de realização da votação.

10.5.1.3 - Cabe à Comissão Organizadora a indicação dos locais de votação, e a sua definição dependerá da convalidação das condições técnicas de acessibilidade e de conectividade.

~~10.5.1.4 – Às 15h (quinze) horas do dia da eleição serão distribuídas senhas aos (às) votantes presentes, para~~

~~assegurar-lhes o direito de votação.~~

10.5.1.3 - Às 17h (dezesete) horas do dia da eleição serão distribuídas senhas aos (às) votantes presentes, para assegurar-lhes o direito de votação.

10.5.1.5 - Ocorrendo excepcional atraso para o início da votação, deverá ser feito o registro em ata.

10.5.2 - A escolha dos membros efetivos e suplentes para o conselho tutelar ocorrerá por voto facultativo, pessoal, direto e secreto de cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, residentes no município de Carmo do Paranaíba.

10.5.3 - A inscrição do (a) votante será realizada no dia, horário e local de votação, sendo vedadas a inscrição e o voto por procuração.

10.5.4 – O (a) votante deverá portar, no ato da inscrição, documentos oficiais originais, físicos ou eletrônicos, do **título de eleitor, Cadastro de Pessoas Físicas/CPF** e um dos seguintes documentos que comprove a identificação civil e do qual conste filiação, fotografia e assinatura: **Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação; Carteira Profissional ou Passaporte.**

10.5.4.1 – Somente os cidadãos residentes no Município de Carmo do Paranaíba poderão se inscrever como votantes.

10.5.5 - Será fornecido ao (a) votante comprovante de votação.

10.5.7 - Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar 01(um) fiscal para o acompanhamento do processo de votação e apuração, sendo vedado a participação de ambos.

10.5.7.1 - O nome do (a) fiscal deverá ser apresentado formalmente à Comissão Organizadora com antecedência mínima de até 05 (cinco) dias úteis antes do dia da votação.

10.5.7.2 – O (a) fiscal deverá portar crachá fornecido pela respectiva Comissão Organizadora e poderá solicitar ao (a) presidente da mesa de votação o registro em ata de irregularidade identificada no processo de votação.

10.6 - DOS PROCEDIMENTOS DA VOTAÇÃO

10.6.1 - Após a identificação, o (a) votante assinará a lista de presença e procederá à votação.

10.6.2 - **O (a) votante que não souber ou não puder assinar usará a impressão digital como forma de identificação.**

10.6.3 - Serão afixadas, nos locais de votação, listas das candidaturas deferidas no dia da votação.

10.6.5 - Na hipótese eventual de inviabilidade da votação informatizada, poderá ser realizada a votação por meio de cédula, na qual constará impresso o nome ou apelido dos (as) candidatos (as) com seu respectivo número de registro de candidatura.

10.6.5.1 - Será considerado inválido o voto cuja cédula:

- a) esteja assinalada com mais de 01 (um) candidato (a);
- b) contiver expressão, frase ou palavra;
- c) não corresponder ao modelo oficial;
- d) não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- e) estiver em branco.

10.7 - DAS MESAS DE VOTAÇÃO

10.7.1 - As mesas de votação serão compostas por 03 (três) membros efetivos e 01 (um) suplente, definidos pela Comissão Organizadora, sendo: Presidente, 1º Mesário, 2º Mesário e Suplente.

10.7.2 - A relação dos nomes que comporão as mesas de votação e suas respectivas seções será definida pela Comissão Organizadora.

10.7.3 - Não poderão participar da mesa de votação o (a) candidato (a) inscrito e seus parentes, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau ou o seu cônjuge, convivente ou companheiro (a).

10.7.4 - Compete à mesa de votação:

- a) solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra na votação;
- b) lavrar ata de votação, anotando eventual ocorrência;
- c) realizar a apuração dos votos, lavrando ata específica e preenchendo o mapa respectivo;
- d) remeter a documentação referente à fase de votação à Comissão Organizadora.

10.8 - DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

10.8.1 - Concluída a votação e lavrada a ata de apuração, os membros da Mesa de Votação preencherão e entregarão o mapa do processo de votação e os demais documentos à Comissão Organizadora.

10.8.2 - A Comissão Organizadora, de posse do mapa do processo de votação, fará a totalização dos votos, proclamará os (as) escolhidos (as) e afixará boletins do resultado nos locais onde ocorreu a votação.

10.8.3 - O CMDCA/CP proclamará o resultado do pleito, publicando no Diário Oficial do Município – DOM os nomes dos (as) eleitos (as) e o número dos votos recebidos.

10.8.4 - Serão considerados eleitos (as) os (as) 05 (cinco) candidatos (as) que obtiverem o maior número de votos, e suplentes, aqueles (as) que se seguirem aos titulares na ordem de classificação.

10.8.5 - Havendo empate, será aclamado vencedor (a) o (a) candidato (a) que tiver obtido o maior número de pontos no teste escrito de conhecimento, e, persistindo o empate, será aclamado (a) vencedor (a) o (a) candidato (a) de maior idade.

10.8.6 - O processo de apuração e da proclamação dos (as) eleitos (as) ocorrerá sob a fiscalização do Ministério Público de Minas Gerais.

11. DOS RECURSOS DA SEGUNDA ETAPA

11.1 - Caberá recurso ao CMDCA/CP dos resultados da Comissão Organizadora contra:

- a) indeferimento de candidatura;
- b) decisão da Comissão Organizadora que julgar procedente pedido de impugnação de candidatura;
- c) resultado final do processo eleitoral.

11.2.1 – O recurso interposto em face do indeferimento de candidatura (item 11.1, letra “a”) deverá ser protocolado perante o CMDCA/CP no prazo disposto no cronograma e publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

11.2.2 – O recurso interposto em face do indeferimento de candidatura (item 11.1, letra “b) deverá ser protocolado perante o CMDCA/CP no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas posteriores à publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

11.2.3 - Os recursos previstos nas letras “a”, “b” e “c” do item 11.1 deverão ser protocolados exclusivamente na sede do CMDCA/CP, situado na Avenida Costa Júnior, 306 – Centro de Carmo do Paranaíba/MG, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 13h às 17h, exceto em feriados e pontos facultativos, conforme prazo estabelecido no Cronograma e formalizados exclusivamente no modelo oficial constante no **Anexo IV** deste edital, sob pena de não conhecimento pela plenária do CMDCA/CP e, eliminação do (a) pré-candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

11.2.4 – As decisões dos recursos previstos no item 11.1 serão publicadas no Diário Oficial do Município.

11.2.5 - Os recursos previstos nas letras “a”, “b” e “c” do item 9.1 serão julgados pela plenária do CMDCA no prazo definido conforme Cronograma.

11.2.6 - Os recursos previstos nas letras "a", “b” e “c” do item 11.1 deverão conter o nome, número da inscrição e assinatura do (a) candidato.

11.2.7 - O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado, com a indicação precisa daquilo em que o (a) candidato (a) se julgar prejudicado (a), sob pena de não conhecimento pela Comissão Organizadora e eliminação do (a) candidato (a) do processo de escolha, caso proceda de forma contrária.

11.2.8 - O recurso não será recebido e protocolado, caso esteja ilegível.

11.2.9 - Não serão aceitos recursos interpostos por carta, fac-símile, telex, telegrama, internet, ou, por qualquer outra forma contrária aos critérios previstos neste edital.

11.2.10 - O recurso não terá efeito suspensivo, salvo decisão escrita em sentido contrário, proferida pela Comissão Organizadora.

11.2.11 - Para fins de interposição dos recursos previstos no item 11.1 deste edital, o (a) candidato (a) poderá ter acesso a íntegra da decisão proferida pela Comissão Organizadora a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial do Município - DOM, mediante solicitação formalizada à Comissão Organizadora, exclusivamente na Sede do Conselho localizada na Avenida Costa Júnior, 306 – Centro.

11.1.13 - O acesso à íntegra da decisão proferida pela Comissão Organizadora somente será permitida ao (a) pré-candidato (a) ou a procurador (a) legalmente habilitado (a) na forma prevista no item 11.2 deste edital, presencialmente na sede do CMDCA/CP.

11.1.15 – Da decisão proferida pela plenária do CMDCA/CP não caberá a interposição de novo recurso.

12. DA POSSE DOS ELEITOS

12.1 - Após homologação pelo Plenário do CMDCA/CP do resultado final do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Carmo do Paranaíba, a designação dos (as) candidatos (as) eleitos (as) titulares será realizada

por ato do Prefeito Municipal, nos termos previstos na Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e demais disposições legais pertinentes.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - O CMDCA/CP publicará no SITE Oficial do Município - DOM e endereço eletrônico: <https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/> o calendário relativo à data, horário e local de realização do Teste Escrito de Conhecimento, da Avaliação Psicológica, bem como de todos os atos necessários ao cumprimento deste edital.

13.2 - A inscrição do pré-candidato, a interposição de impugnação ao edital e/ou de recursos previstos neste edital, bem como o acesso à íntegra das decisões proferidas pela Comissão Organizadora ou plenária do CMDCA/CP serão admitidas por meio de procurador (a) regularmente habilitado (a), mediante apresentação de original ou cópia simples, no caso de procuração por instrumento público (cartório), e do original, no caso de procuração por instrumento particular, acompanhada de cópia simples do documento de identidade oficial com fotografia do (a) procurador (a).

13.3 - Os casos omissos do Processo de Escolha serão resolvidos pelo CMDCA/CP, através da Comissão Organizadora, e serão publicados no Diário Oficial do Município - DOM.

13.4 - O Ministério Público do Estado de Minas Gerais é o órgão competente para fiscalizar o Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Carmo do Paranaíba, em conformidade com o disposto no artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990.

14. DO CRONOGRAMA:

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	LOCAL
01	Publicação do edital de abertura do processo de escolha do Conselho Tutelar	31/03/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
02	Período de inscrições de candidaturas	03/04/23 a 28/04/23	€ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
02	Período de inscrições de candidatura	03/04/23 a 05/05/2023	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
03	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	05/05/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
03	Divulgação da inscrições deferidas e	12/05/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico:

	indeferidas		https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
04	Prazo para interposição de recursos ao deferimento ou indeferimento das inscrições	08/05/23 a 11/05/23	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
04	Prazo para interposição de recursos ao deferimento ou indeferimento das inscrições	15/05/23 a 18/05/23	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
05	Divulgação do julgamento dos recursos	12/05/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
05	Divulgação do julgamento dos recursos	19/05/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
06	Interposição de recursos ao CMDCA contra o resultado dos recursos	15/05/2023 a 18/05/2023	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
06	Interposição de recursos ao CMDCA contra o resultado dos recursos	22/05/23 a 25/05/23	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
07	Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA e Divulgação dos nomes dos candidatos aptos à realização da Prova de Conhecimentos	19/05/2023	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
07	Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA e Divulgação dos nomes dos candidatos aptos à realização da Prova de Conhecimentos	26/05/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
08	Data da realização da prova de conhecimentos	25 de junho de 2023	A prova de conhecimento específico ocorrerá no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, que está localizada na Rua Major. Gote, 808 - Caiçaras, Patos de Minas - MG, com início às 13 horas. Importante: O município de Carmo do Paranaíba disponibilizará o transporte para os candidatos interessados, devendo os mesmos procurar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Av. Costa Júnior, nº 306, Centro, até o dia 21 de junho de 2023,

			de 12:00 às 17:00, para que seja requerido o transporte.
09	Divulgação do gabarito da prova de conhecimentos (múltipla escolha).		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
10	Prazo para interposição de recursos sobre as questões da prova de conhecimento		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
11	Divulgação do julgamento dos recursos relativos à aplicação e questões da prova de conhecimentos		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
12	Interposição de recursos ao CMDCA contra o resultado dos recursos		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
13	Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA e divulgação da relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos.		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
14	Prazo para interposição de recursos sobre o resultado dos aprovados na prova de conhecimento.		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
15	Divulgação do julgamento dos recursos relativos ao resultado dos aprovados na prova de conhecimento.		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
16	Interposição de recurso ao CMDCA/CP contra o resultado dos recursos emitidos pela Empresa Jurídica responsável pela prova de conhecimento.		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
17	Divulgação do julgamento dos recursos sobre a prova de conhecimento e convocação para realização da avaliação psicológica.		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
18	Data da realização da avaliação psicológica		Local e horário conforme divulgado dia 03/07/2023
19	Divulgação dos aprovados na Avaliação Psicológica		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/

20	Prazo para interposição de recursos relativos à aplicação da avaliação psicológica.		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
21	Divulgação do julgamento dos recursos relativos à aplicação da avaliação psicológica.		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
22	Interposição de recursos ao CMDCA contra o resultado dos recursos		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
23	Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA; divulgação da relação dos candidatos habilitados a participarem da eleição e convocação dos mesmos para comparecerem à reunião de orientação sobre o processo eleitoral.		Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
24	Realização da reunião prevista no item 9 deste edital		Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
25	Período da campanha eleitoral		Conforme art. 38 a 45 deste edital
26	Eleição dos Conselheiros Tutelares	1º/10/2023	
27	Prazo para interposição de recursos relativos a fatos ocorridos no dia da eleição dos candidatos.	02/10/2023 a 04/10/2023	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
28	Divulgação do julgamento dos recursos relativos à eleição dos candidatos.	17/10/23	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
29	Interposição de recursos ao CMDCA contra o resultado dos recursos	18/10/2023 a 19/10/2023	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
30	Divulgação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA e resultado final da eleição	31/10/2023	Diário Oficial do Município e endereço eletrônico: https://carmodoparanaiba.mg.gov.br/
31	Diplomação dos candidatos eleitos	20/11/23	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

			– Av. Costa Júnior, 306- Centro / Horário: 13h às 17h
32	Data da posse dos 05 candidatos mais votados.	10/01/2024	Gabinete do Prefeito

15. DOS ANEXOS

15.1. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I	Requerimento de Inscrição/Currículo
Anexo II	Declaração de Residência no Município Carmo do Paranaíba (mínimo de 02 anos)
Anexo III	Modelo de Recurso (1ª Etapa)
Anexo IV	Modelo de Recurso (2ª Etapa e demais casos específicos)

Carmo do Paranaíba/MG, 31 de março de 2023.



Naiara Daiane de Oliveira
Presidente CMDCA/CP

ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE CARMO DO PARANAÍBA/MG/2023
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO/CURRÍCULO

(MODELO OFICIAL)

Nome _____ Completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Gênero: () Feminino () Masculino ()
Outro _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Título _____ de _____ Eleitor _____ nº: _____

Rua/Avenida/outro: _____, Nº _____ Complemento nº _____,

Bairro: _____, CEP nº _____ - _____

Telefone residencial: _____ Telefone celular: _____

E-mail (legível) _____

Filiação:(Pai) _____ e(Mãe) _____

Estado Civil: _____

Cônjuge/Convivente/Companheiro(a): _____

Nº Identidade e CPF do Cônjuge/Convivente/Companheiro(a): _____

Documento Militar nº: _____

Escolaridade: _____

Deficiência apresentada: _____,

recursos materiais/humanos para que eu possa realizar a prova de conhecimentos: _____

Declaro, para os devidos fins, sob pena de responsabilidade, que não fui penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos 5(cinco) anos.

Declaro, por fim, que li o Edital do CMDCA nº 001/2023 e que preencho todos os requisitos exigidos nele para investidura da

função de Conselheiro Tutelar.

CHECK LIST		
Nº	DOCUMENTAÇÃO	Marque com x
I	Cédula de identidade/outro documento conforme item 2.5, letra “b” do Edital	
II	CPF	
III	Título de eleitor	
IV	Certidão da Justiça Eleitoral constando estar em dia com as obrigações eleitorais	
V	Certificado de Alistamento Militar (no caso de candidato do sexo masculino)	
VI	Mínimo de 3 (três) Comprovantes de residência em Carmo do Paranaíba conforme item 3.1.2.1 do Edital	
VII	Declaração de residência no município de Carmo do Paranaíba – Anexo II	
VIII	Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou Diploma de Curso Superior	
IX	Certidão Cível Negativa expedida pela Justiça Estadual	
X	Certidão Criminal Negativa expedida pela Justiça Estadual	
XI	Atestado de Antecedentes Criminais “nada consta” fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais	

Carmo do Paranaíba/MG, ____ de _____, de _____.

ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

ANEXO II

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE CARMO DO PARANAÍBA/MG/2023

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA-MG

(MODELO OFICIAL)

Eu,

(nacionalidade) _____, (estado civil) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, expedido por _____, em ____/____/____, CPF nº _____,

_____, _____, DECLARO, sob as penas da lei, que resido no Município de Carmo do Paranaíba há pelo menos 02 (dois) anos.

Declaro estar ciente de que estarei sujeito à aplicação das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes, em caso de falsidade da informação aqui prestada.

_____, ____/____/____.
Local Data

ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

ANEXO III

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE CARMO DO PARANAÍBA /MG/2023

RECURSO – 1ª ETAPA

(MODELO OFICIAL)

INSCRIÇÃO Nº _____

Lançar apenas o número de inscrição do (a) pré-candidato (a)

RAZÕES RECURSAIS

(OBS.: NÃO ASSINAR)

ANEXO IV

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE CARMO DO
PARANAÍBA/MG/2023**

RECURSO

(MODELO OFICIAL)

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME DO (A) CANDIDATO (A)

RAZÕES RECURSAIS

_____, ____/____/____.
Local Data

ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A)